



Grupo Municipal

Ponto 1 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de abril de 2024 da

Assembleia Municipal de Lagos

**- Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório
de Gestão do ano 2023 do Município de Lagos -**

- Declaração de Voto -

Os membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata analisaram os documentos relativos ao exercício da Câmara Municipal, e desejam, em primeiro lugar, enaltecer, mais uma vez, os Serviços Camarários pelo trabalho apresentado, permitindo ter um conhecimento pormenorizado do que foi o seu fluxo financeiro. Os Serviços Camarários demonstram assim uma vontade de contribuir, dentro das suas atribuições e competências específicas, para a desejável transparência com que deve ser tratado o erário público.

Quanto à análise política aos conteúdos dos documentos, pretendemos que a nossa intervenção contribua para a melhoria gradual e aperfeiçoamento global no futuro.

Em primeiro lugar gostaríamos de efetuar algumas considerações sobre os Recursos Humanos:

- Em 2023 continuamos o percurso de aumento dos quadros municipais;

- Para além da caracterização bem efetuada pela Unidade dos Recursos Humanos, seria importante saber, os rácios em relação ao número de habitantes e o seu significado para o serviço prestado para a população. algo que não conseguimos extrair do documento;
- Consideramos que no âmbito das políticas de emprego municipais devemos considerar o cruzamento com as medidas, pacotes e programas do IEFP, globalidade formativa e universalmente local e regional.

Ao realizarmos uma análise sintática, financeira e económica, verificamos o seguinte:

- Evolução das Receitas Correntes e de Capital – Apesar das muitas observações realizadas anteriormente, pelos membros do PSD nesta Assembleia Municipal (AM) e do nosso vereador na Câmara Municipal (CM) para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamento, ainda se verifica um desvio negativo entre a receita global prevista e a receita cobrada na ordem.

No âmbito das receitas municipais continuamos com quatro grandes rubricas, o IMI, o IMT e os valores referentes a água e taxas, tudo pago pelos cidadãos.

No que respeita à Evolução das despesas – registamos que a par do aumento substancial do valor gasto com pessoal aumentamos as prestações de serviços o que é um contrassenso, demonstrando apenas a falta de capacidade de gestão do executivo socialista.

À partida os valores da receita parecem uma boa informação, mas será que é mesmo assim? Este valor verificou-se porquê?

Grande nível de captação de impostos e taxas sobre as pessoas e sobre bens e serviços. Ou seja, em Lagos continuamos a penalizar quem cá vive, trabalha ou pretende investir.

Por outro lado, aumentamos a eficiência da gestão camarária?

Não, pelo contrário a alteração da orgânica da Câmara em conjunto com o aumento do número de funcionários a par do aumento das prestações de serviços exteriores aumentou substancialmente o valor da despesa e o nível da burocracia

municipal que não responde atempadamente e maior parte das vezes sem fundamento legal adequado. Veja-se a duas situações de ilegalidade formal que já assinalámos na Assembleia Municipal ou mesmo o Concurso da Praia da Dona Ana em que foi aprovada uma conceção numa área de perigo de derrocada. Entre muitas mais.

Assim, verificados os Projetos iniciados concluímos que perdemos mais uma vez a oportunidade de iniciar projetos essenciais para o município designadamente no que respeita à recuperação do património local, habitação e infraestruturas em razão da teimosia do executivo socialista a avançar apenas com as obras comparticipadas, adiando deste modo ainda por mais tempo as necessidades da população. Fica a pergunta será que a participação dos fundos compensará o tempo perdido e o aumento dos custos inerentes ao tempo perdido.

Mas também a nível da produção cultural podemos concluir que o município poderia ter feito mais e melhor, porquanto os agentes culturais locais e equipamentos que deveriam ter uma maior atividade tanto a nível do número como qualidade dos eventos.

A limpeza urbana e ambiente continuam desadequados às necessidades do concelho, bastando olharmos para a recolha e limpeza deficientes das ilhas ecológicas, a falta de cuidado do espaço público com a praga de verdadeiros matagais em todos os passeios e vias públicas do concelho.

A inexistente lavagem de passeios e ruas. Enfim um desnorte autêntico.

Na educação a recusa contínua de preparar o futuro adiando a necessidade de novas estruturas escolares.

A falta de programas e políticas locais de excelência escolar, a falta de divulgação das bolsas de estudo municipais que ficam reduzidas ao mesmo público alvo, enfim o mau serviço vê-se até na desadequação dos horários dos transportes coletivos públicos aos horários escolares.

Com base nesta análise, podemos inferir que o Município futuramente deverá ter em atenção uma melhor organização dos projetos, e uma melhor gestão, a não ser que a forma de equilibrar esta situação, passe por aumentar sistematicamente a receita, que como vimos, anteriormente, que na realidade se traduz por aumentar os encargos dos munícipes.

Em termos globais verificamos que continuam a existir as seguintes más práticas na ação política do executivo camarário, contra as quais manifestamos a nossa discordância frontal:

- opções que não permitem o efetivo desenvolvimento do concelho em geral e da modernização da cidade em particular, que várias vezes alertámos nesta AM;
- Falta de visão estratégica coerente e devidamente planeada;
- Uma exagerada atuação com base na penalização dos cidadãos com impostos e taxas;
- Falta de ajustamento à realidade existente na região.

Concluimos esta análise insurgindo-nos veementemente contra aquilo que designamos como o grau zero da política do executivo camarário, isto é, a prática habitual de abrir rubricas para a realização de projetos que todos os partidos reconhecem como fundamentais e em relação aos quais o executivo nada executa. E que há anos permanecem no limbo das “coisas indispensáveis por fazer que nunca se farão”.

Os membros do PSD chamaram à atenção, em diferentes situações (chamaram à atenção), para este problema que continua a repetir-se, inexplicavelmente, por parte do Executivo Municipal. Pela nossa parte continuaremos a pugnar para que não exista um Orçamento e Plano de Atividades que prevê sistematicamente rubricas que nunca chegarão a ser executadas. Esta é uma prática política que ilude os eleitores, dando a entender que existe vontade de realizar projetos com utilidade pública, que na verdade nunca passarão do papel e quando na realidade existe dinheiro pago por todos nós que em vez de se investir apenas se gasta em despesas de funcionamento.

Respeitamos todos os constrangimentos que a atividade pública exige, bem como um executivo que tem poucas ideias e prioridades diferentes das nossas. Mas o que não é aceitável é um executivo que não sabe como o fazer e não evidencia vontade política de o querer fazer, desprezando os contributos, propostas e recomendações válidas dos partidos da oposição.

O Sr. Presidente costuma referir que o PSD é muito repetitivo nas críticas efetuadas e negativo nas apreciações. Para dar resposta favorável às suas pretensões diremos que as nossas preocupações estão relacionadas com a liderança dos destinos do Município, porque exigem muito conhecimento, perícia, sabedoria e grande capacidade negocial com todos os partidos e diferentes parceiros sociais que o senhor teima em não ouvir.

Uma boa capacidade de liderança implica a existência de uma boa política integrada em todas as áreas do domínio público, com objetivos bem definidos, os meios bem selecionados e apoiada numa estratégia consolidada.

Atendendo às várias situações verificadas durante o ano em causa, o PSD afirma que não deixaremos de reclamar em tempo útil, através de todas as formas ao nosso alcance, sempre que verificarmos que os procedimentos democráticos em vigor não estejam a ser devidamente cumpridos, apesar das boas intenções apregoadas. Um quarto de execução é p reflexo da falta de capacidade de gestão. Por tudo aquilo que apresentámos ao longo desta declaração política em relação à Prestação de Contas e Relatório de Gestão da CML para o exercício de 2023, o voto do PSD é contra.

Lagos, 29 de abril de 2024

O Grupo Municipal do PSD - Lagos